



ANN KATHERINE CAMPOS

Jurista da Ordem
dos Contabilistas Certificados
comunicacao@occ.pt

Creche e aparece – novas normas de educação pré-escolar

Até há relativamente pouco tempo, em Portugal, o âmbito da escolaridade obrigatória, que abrange atualmente todas “as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos” (e que implica para o encarregado de educação o dever de proceder à matrícula do educando), coincidia com a idade, a partir da qual a educação é universal. Sendo essa universalidade por sua vez, um dever do Estado.

De 2009 para cá, no entanto, essa realidade mudou. Assim, através da Lei 85/2009, de 27 de agosto, foi consagrada a universalidade da educação pré-escolar para todas as crianças a partir do ano em que atinjam os cinco anos de idade. Implicando esta universalidade, para o Estado, “o dever de garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas e o de assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuidade da componente educativa”.

A primeira alteração a esta lei surgiu a 3 de julho de 2015, através da Lei 65/2015, estabelecendo a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos quatro anos de idade.

Estas alterações, longe de serem insignificantes, trazem implicações e, sobretudo, traduzem profundas mudanças sociais e de mentalidade das pessoas. Efetivamente, a forma como cada sociedade lida com a infância reflete o que significa para ela ser criança e a forma como é desejável, para essa comunidade, que as crianças cresçam e sejam educadas.

Sim, porque educar não é apenas cuidar! Não se trata somente de mudar a fralda, ajudar a comer, ou impedir que caia. A infância – diria até a primeira infância, os três ou quatro primeiros anos de vida – é uma etapa absolutamente fundamental da vida das pessoas e da qual depende o seu desenvolvimento afetivo, físico e cognitivo.

Mas, bem sabemos, as conceções a este respeito não são as mesmas agora ou há 100 ou 200 anos, quando as mulheres não estavam no mercado de trabalho e essas tarefas eram entregues às mães ou outras mulheres da família. Com a emancipação

da mulher isso necessariamente mudou e as creches e jardins de infância são atualmente um recurso essencial das nossas sociedades.

Para além disso, a educação pré-escolar é hoje um direito de qualquer criança, independentemente da sua classe social, género, raça, e “complementar e ou supletiva da ação educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação”, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Segundo o Conselho Nacional de Educação (2008): “(...) educar significa proporcionar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros numa atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural; cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades, considerando que a base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro, a se desenvolver como ser humano; brincar significa criar um espaço no qual as crianças possam experimentar o mundo e internalizar uma compreensão sobre as pessoas, os sentimentos e os diversos conhecimentos.”

Apesar de ninguém ficar famoso, rico ou ser alvo de grande reconhecimento social como educador de infância, o seu papel é assim essencial.

E embora seja muitas vezes desvalorizado – ou pelo menos não seja alvo de valorização –, a verdade é que é decisivo no crescimento e desenvolvimento do ser humano e é nestas tenras idades, em que tudo absorvemos, que a criança tem oportunidade de se transformar num adulto bondoso, seguro e confiante. As crianças precisam de imaginação e compaixão, como todos nós, e sempre é melhor transmitir-lhes desde cedo valores positivos do que deixá-las absorver muitos dos disparates deste mundo de “crianças crescidas” em que se discute que “o meu míssil é maior do que o teu” ou quem tem mais dinheiro ou poder.